

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. OLAVO, NO 1º CICLO DE POLÍTICA, REALIZADO DE 18 a 21 DE AGOSTO DE 1980. NA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA- UNIMEP.

Meus Caros Participantes do
1º Ciclo de Política organizado pelo PP

Eu não posso deixar de confessar, preliminarmente, o quanto me agrada todo e qualquer debate com expressivos setores da sociedade brasileira, como este aqui em Piracicaba, reunindo estudantes, professores, jornalistas, profissionais liberais, políticos - enfim, cidadãos conscientes de que não podem deixar de dar sua contribuição, valiosa e imprescindível, à construção democrática de nosso país.

E, acredito, jamais conseguiria esconder esse meu contentamento. Afinal, uma vez que somos todos marcados por uma inquietação que é o sinal característico de nossas gerações, um ciclo de palestras e debates como este permite uma profícua troca de idéias, na medida em que esse nosso inconformismo exige de todos idéias claras e persuasivas.

Por isso mesmo, se o campo da política é o da opinião e o da persuasão, uma vez que somente as negociações e as barganhas podem compor de modo legítimo a harmonização dos interesses conflitantes, para o homem público um ambiente cívico como este será, sempre, um local de responsabilidade e desafio.

Responsabilidade, porque ele tem a difícil missão de justificar as razões pelas quais a palavra lhe foi concedida, a fim de que dê sua colaboração para que o país consiga livrar-se tanto do vazio de lideranças em que se encontra, quanto dessa profunda crise de confiança que o envolve.

Desafio, porque o político, especialmente o de oposição, não pode limitar-se à retórica fácil, demonstrando uma incapacidade de racionalizar soluções e, o que é pior, pautando-se por uma espécie de permanente fatalismo.

Participar da política, portanto, significa lidar com responsabilidades e desafios, o que exige uma advertência inicial para que não confundamos tal ação com os jogos de palavras, com os discursos sem sentido e com os acordos que se esgotam nas aparências.

Pelo contrário, participar da política significa formular soluções explícitas para problemas concretos, de um lado, procurando implementá-las mediante a conversão de representatividade em atuação substantiva, de outro.

Tal participação pressupõe a conquista do aval da sociedade para determinadas idéias, sem o que qualquer esforço jamais contará com doses mínimas de legitimidade. E, na ausência de consenso e lealdade, dificilmente encontrar-se-á a estabilidade necessária para que se possa encaminhar uma reforma social viável em função dos interesses nacionais - condição fundamental para nossa democratização política.

Por isso mesmo, fazer política é algo que implica bom senso e realismo na busca de respostas para as questões essenciais do presente. Se me permitirem alinhar algumas dessas indagações, eu as resumiria nas seguintes proposições:

1. como, nestes dias de dificuldades econômicas e indefinição política, criar condições para que todos possam participar do processo decisório num regime que almejamos aberto e democratizante?
2. em que medida essa sociedade mais justa com que sonhamos pode gozar de independência econômica e de uma dinâmica saudável a partir de uma vigorosa economia de mercado?
3. em termos de justiça social, de que maneira distribuir o produto da atividade econômica?
4. de que modo dividir a responsabilidade entre o Estado e a Sociedade?
5. que critérios e objetivos deverão determinar essa divisão de competências?

Como podem ver, a prática política exige consciência da situação atual de nossa realidade, de suas condições de vida, de suas aspirações, de seus conflitos e de suas insatisfações. E é justamente por essa razão que tenho procurado fazer um tipo de política substantiva na defesa de um liberalismo mo

derno e conseqüente, que saiba conciliar a fé nas liberdades p_ublicas com a crença na igualdade social.

É por isso, também, que não tenho limitado mi_nha ação à difícil tarefa de organização de um coerente e repre_sentativo partido oposicionista, em São Paulo, ampliando-a para a apresentação de projetos específicos capazes de libertar o Bra_sil de certos maniqueísmos. Maniqueísmos que se caracterizam pe_la rígida polaridade entre uma oposição fatalista e um regime in_tolerante.

Convencido de que não se pode fazer política sem se discutir problemas concretos, com a decisiva ajuda de ami_gos e de partidários leais venho defendendo, por exemplo, um pro_jeto de lei que introduz a fiscalização democrática das empresas multinacionais.

Vocês sabem, melhor do que eu, que essas empre_sas são um superpoder emergente acima dos Estados nacionais, com o qual devemos procurar encontrar formas de convivência. Nesta confrontação tecnológica, elas expressam uma tendência bastante clara do comércio internacional, e o Brasil, com seus imensos re_cursos naturais, não está isolado no mundo.

Ora, já que as multinacionais são um fato, temos o dever e a responsabilidade de criar condições para que elas auxiliem nosso desenvolvimento sem, no entanto, alienar nossa so_uberania econômica. E isso, converhamos, somente será conseguido pelo estabelecimento de explícitas regras de conduta, legitimadas pela discussão e pela aprovação parlamentar.

Neste momento em que os recursos escassos têm de ser maximizados e alocados em áreas prioritárias, a definição dessas regras está diretamente associada ao novos papéis que o Estado contemporâneo vem tendo de assumir, dada a necessidade de neutralizar crises cíclicas e de evitar que a oligopolização e a cartelização das forças produtivas inibam a capacidade de auto-regularização da economia de mercado.

Não podemos desconhecer que, se de um lado a economia ocidental está cada vez mais internacionalizada pela ação crescente das multinacionais, de outro o Estado já não age, exclusivamente, como regulador das atividades econômicas do setor privado e como árbitro. Da interação desses papéis está surgindo um direito econômico preocupado não apenas em garantir arbitrariamente o indivíduo contra o poder econômico, como, igualmente, em tutelar esse mesmo poder contra o próprio Estado. Pois, como árbitro, o Estado não somente vem criando e aplicando leis, mas, ainda, vem atuando empresarialmente, concorrendo de modo injusto com a iniciativa privada nacional, que assim se encontrava ameaçada pelo gigantismo tanto das companhias estatais quanto das empresas multinacionais.

É nesse contexto de um complexo relacionamento entre os diversos setores da economia, bem como de diferente distribuição de áreas de ação entre eles, que se deve inserir o problema do controle jurídico da atuação das multinacionais pelo Estado brasileiro. Mesmo porque, na medida em que o Brasil buscou o auxílio de capitais externos para suprir suas deficiências internas de formação de poupança, incorporando-os ao esforço nacional de ampliar a produção e de elevar tanto o nível de emprego

quanto o nível de renda, tais empresas se expandiram enormemente.

O maior problema, no entanto, é que a legislação destinada a regulamentar essa expansão acabou sendo superada pela própria dinâmica do nosso desenvolvimento econômico. Formado por controles concebidos como instrumentos capazes de regular relações até certo ponto estáveis, nosso ordenamento legal não acompanhou as transformações demasiadamente rápidas de nossa modernização.

Por isso mesmo, no que se refere à regulamentação das atividades do capital estrangeiro, seus atuais dispositivos revelam-se incapazes de fazer com que os resultados das multinacionais cheguem ao domínio público ou sejam submetidos a auditorias de órgãos especializados. Demonstram, assim, que as normas vigentes precisam ser modernizadas por meio de um legítimo esforço legislativo. Esforço esse que não apenas pode devolver ao Congresso a autonomia que lhe foi subtraída por um Executivo burocratizante, como, também, contribuir para a causa da democracia.

É por esta razão que meu projeto procura impor às multinacionais, por uma questão de equidade, o mesmo tratamento jurídico já exigido das sociedades nacionais de capital aberto: que elas, observando as disposições legais da CVM, passem a incluir em seus balanços anuais informações completas sobre remissão de lucros, pagamentos de royalties e despesas de assistência técnica, cujos pagamentos são enviados ao exterior.

Levando-se em consideração a situação do país, que tem obtido uma expressiva transferência de recursos reais de fontes internacionais, como político entendo que as relações financeiras entre as multinacionais e o exterior, representadas por operações de câmbio, devem ser especificadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras.

Para o perfeito esclarecimento tanto dos órgãos oficiais quanto da sociedade, a meu ver tais valores devem ser separados em itens específicos, conforme o Código de Classificação de Operações Cambiais do Banco do Brasil. Ao mesmo tempo, também creio ser necessário destacar, para cada item, as operações executadas com empresas do respectivo grupo econômico a que pertencem, no Exterior, e aquelas executadas com empresas independentes.

Visando uma medida moralizante na disciplina do capital estrangeiro, acredito, ainda, que os relatórios e balanços dessas companhias devem ser auditados por auditores independentes. Para justificar tal providência, basta lembrar que os atos de corrupção praticados por empresas americanas no Exterior, e que tanto escândalo provocaram em todo o mundo, foram identificados pela ação de auditores independentes, os quais, com base na legislação norte-americana vigente, comunicaram as irregularidades à Security Exchange Commission - um organismo equivalente a nossa CVM.

Meus Caros Participantes deste 1º Ciclo de Polí
tica,

Defender idéias como estas é, a meu ver, a melhor forma de fazer uma política substantiva que resgate ao país a trilha da democracia num quadro de soberania econômica. Articulá-las sob a forma de um projeto, por isso mesmo, é dar uma demonstração concreta de confiança na possibilidade de que nossas instituições venham, em breve, a ser reordenadas de modo legítimo.

Sem qualquer xenofobia nacionalista, mas firmemente decidido a participar da construção de uma ordem justa e aberta, sem suspeições tolas, estou convencido de que, com a obrigatoriedade da divulgação pública desses dados relativos às suas operações em nosso país, as multinacionais poderão agir em conformidade com os interesses nacionais. Vale dizer: elas poderão contribuir para o nosso desenvolvimento econômico e neutralizar as resistências emocionais que, além de inócuas, prejudicam o esforço de manter em níveis satisfatórios o ritmo de atividade econômica, gerando empregos e riquezas.

Pedindo desculpas pelo tempo que roubei, mas consciente de que só conseguiremos a emancipação da vontade coletiva através de uma prática política que encontre no diálogo livre, na credibilidade e na boa vontade os seus pressupostos maiores, coloco-me à disposição para um debate que, desde já, imagino fecundo, saudável e iluminado pelo espírito público que há por trás da inquietação de todos vocês.

Muito obrigado.